



Noite das estrelas

Uma homenagem ao legado LGBTQIAP+ na Maré

PÁGINAS 11 E 12

Água como direito: ação civil pública defende gratuidade a famílias de baixa renda

PÁGINAS 6 E 7

Artigo: Um papo sobre luta e esperança, e a resistência dos moradores das favelas frente à opressão

PÁGINA 9

Comida de verdade: É possível fazer escolhas nutritivas e baratas

PÁGINA 13

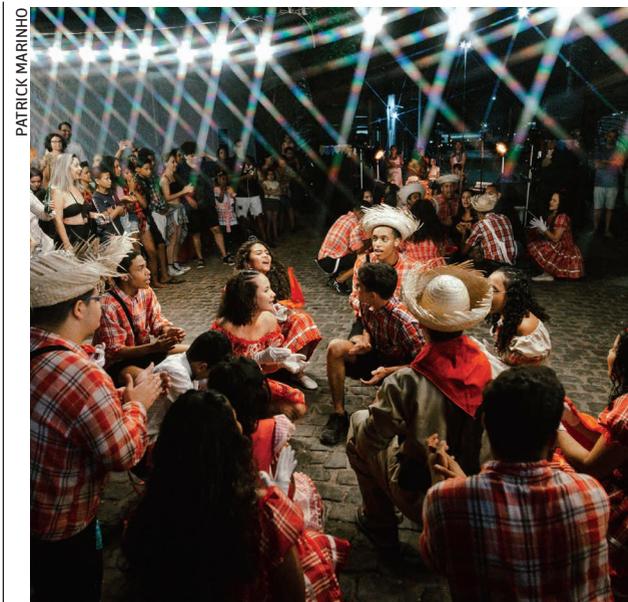
Documentadas

Fotógrafa viaja pelo Brasil para registrar o amor entre mulheres.

PÁGINA 10



FERNANDA PICCOLO HUGGENTOBLE



PATRICK MARINHO

É tempo de festa junina

Arraiais aquecem a economia local e geram renda para os moradores.

PÁGINA 14

EDITORIAL

Neste quase fim de primeiro semestre e depois de um mês de maio que aparentemente durou “dez anos”, junho chega trazendo consigo uma variedade de temas que merecem nossa atenção e celebração. É bonito perceber a diversidade de assuntos que este mês nos proporciona.

Junho é o mês do Orgulho LGBTQIAP+, um momento para celebrar o amor e homenagear quem abriu os caminhos onde damos nossos passos hoje. A verdade é que, por mais que falemos de outras temáticas, tudo acaba sendo sobre o amor, esse sentimento básico e quase tão natural quanto beber água.

Falando em água, junho também nos traz reflexões sobre a importância de garantir acesso igualitário a esse recurso vital, especialmente para pessoas de baixa renda. Parece óbvio que as coisas básicas e que mínimo de água e de amor deveria estar ao alcance de todos, mas infelizmente não é assim que tem funcionado.

Falando em mínimo, este mês comprovamos que nem mesmo o aumento de 9% do salário dá conta do básico. E que os gastos com alimentação, apesar de levarem a maior fatia do orçamento das famílias, não conseguem muitas vezes garantir a nutrição das pessoas.

Da segurança, também continuamos sem o mínimo: a liberdade de sair de casa e voltar. Ou ainda sem o mínimo de certeza de que as nossas crianças estão em sala de aula sem sentir medo.

Permanecemos então com o mínimo da esperança, “festa na fé e fé na festa”. Viva junho!



Comida de Favela

Inscrições abertas para o Festival Comida de Favela!

Estabelecimentos formais que atuam na Maré no ramo da gastronomia podem se inscrever no festival até 23/06/2023. O festival será composto por duas categorias: “Comida de Bar, Restaurante ou Pensão”; e “Comida de Rua” (trailers, carrinhos, etc. Acesse o edital completo e faça a inscrição no site da Redes da Maré: www.redesdamare.org.br.

CHARGE - NANDO MOTTA



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jéssica Pires

EDITORA

Ana Paula Lisboa

EDIÇÃO DO ARTIGO UM
PAPO RETO SOBRE LUTA E
ESPERANÇA

Elena Wesley

FOTOGRAFIA

Douglas Lopes
Entidade Maré
Fernanda Piccolo
Huggentobler
Gabi Lino
Affonso Dalua
Patrick Marinho

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Andrezza Paulo
Edilana Damasceno
Hélio Euclides
Lucas Feitoza
Samara Oliveira
Teresa Santos
Thaynara Santos

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórlua_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO
REPRESENTAM A OPINIÃO
DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO
DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA
A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email maredenoticias@redesdamare.org.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Do salário, nem o mínimo

Salário mínimo deveria garantir o sustento das famílias, mas valor não atende as necessidades básicas

LUCAS FEITOZA

No dia 1º de maio, o salário mínimo sofreu um reajuste de 9% acima da inflação passando de R\$ 1.212 para R\$ 1.320. Um mês depois da mudança, perguntamos aos moradores da Maré se esse aumento se refletiu no cotidiano da população.

Stefanie da Silva, de 22 anos, é moradora da Vila dos Pinheiros. Ela trabalha como auxiliar de galpão e afirma que o valor do salário mínimo não é suficiente para suprir suas necessidades básicas e as de sua filha de dois anos.

Stefanie é mãe solteira e tem despesas com aluguel, mas reclama principalmente dos gastos com alimentação, que chegam a cerca de R\$ 600 mensais. Segundo ela, “se compro a mistura, não consigo pagar por todos os legumes”.

A Constituição de 1988 regulamenta o salário mínimo e estabelece que ele deve ser reajustado regularmente para

garantir o poder de compra da população. Entre suas principais funções está assegurar que os trabalhadores e suas famílias tenham um valor adequado para suprir necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, cuidados de higiene, saúde, segurança e transporte.

Apesar de não suprir todas as necessidades, o salário mínimo foi reajustado acima da inflação pela primeira vez em quatro anos, o que significa que o poder de compra da população vai aumentar gradualmente. Porém, uma das pessoas que ainda não sentiram a mudança é **Alessandra Macedônio**, moradora da Nova Holanda.

Ela também afirma que o salário mínimo não é suficiente para o sustento da família. Ela e o marido estão entre os 67,1% dos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. Mesmo assim, o casal enfrenta dificuldades para



A maior parte do orçamento familiar dos brasileiros é destinada aos gastos com alimentação

arcar com todas as despesas: “O supermercado é o que nos prejudica, e a cada mês os preços aumentam”, diz Alessandra.

Valor necessário

Em setembro de 2022, cerca de 34,7 milhões de trabalhadores no Brasil recebiam até um salário mínimo, o que representa 35,6% do total de ocupados no país. Esses dados são da Pesquisa Nacional por Amostragem por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Porém, o valor do salário mínimo é percebido de duas maneiras, como explica o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Existem dois tipos: o real, que é o valor efetivamente pago, e o necessário, que seria a quantia suficiente para suprir as necessidades básicas.

Hoje, este último teria que ser de R\$ 6.676,11, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente nas capitais. No Rio de Janeiro, a cesta básica ficou em 4º lugar entre as mais caras do país, custando R\$ 750,77.

Para o economista **Fernando Mattos**, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), a questão do salário mínimo deveria ser pensada, questionada e cobrada como um ato cotidiano de cidadania nacional.

Ele ressalta que a economia é uma questão política: “A maioria das pessoas acredita que só se deve discutir política em período de eleições. Na verdade, agora é a hora de cobrar dos parlamentares o aumento do salário mínimo. A população escolheu um Congresso conservador, que não se preocupa com o salário dos trabalhadores, e isso dificulta na hora de exigir reajustes maiores.”



O Rio de Janeiro tem a 4ª cesta básica mais cara entre as capitais, custando R\$ 750,77

Violência escolar

Falta de psicólogos nas escolas agrava problemas de violência e saúde mental

SAMARA OLIVEIRA

Em março deste ano, uma professora morreu e quatro pessoas ficaram feridas ao serem esfaqueadas por um aluno de 13 anos numa escola em São Paulo. Menos de um mês depois, um ataque a uma creche em Santa Catarina resultou na morte de quatro crianças entre 4 e 10 anos. Ainda no mês de abril, policiais apreenderam uma faca numa escola de Ramos, na Maré. Nas redes sociais, pessoas que se diziam próximas ao jovem relataram que o aluno foi para escola com medo e por isso, levou a faca para se defender, caso acontecesse alguma coisa. Depois destes episódios, rumores sobre novos ataques espalharam pânico e revolta entre responsáveis, alunos e funcionários de escolas por todo o país.

O clima de insegurança também atingiu a Escola Municipal Bahia, na Maré, onde uma aluna de 12 anos confessou ter medo de frequentar a escola. A adolescente nos contou que não faltou às aulas desde que começou a se falar sobre o assunto, mas que ela e a mãe oravam diariamente para que nada acontecesse. Movida pelo medo, a estudante começou a observar dentro da escola onde poderia se proteger caso sua segurança estivesse em risco.

“Se algo acontecer, eu já sei onde me esconder.”



De um lado, os que pedem por policiais nas escolas; de outro, os que argumentam por psicólogos e assistentes sociais

Polícia é solução?

Em abril, o Instituto de Estudos Avançados (IdeA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) lançou a pesquisa *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil*, um levantamento dos casos de atentados contra a vida em escolas nos últimos 20 anos no país, coordenado pela pedagoga e doutora em Educação Telma Vinha e pela mestrandia em Educação Cleo Garcia.

As pesquisadoras descobriram que, desde 2002, aconteceram 22 ataques em 23 escolas brasileiras, sendo que nove deles ocorreram em menos de um ano: de julho de 2022 até agora. O estudo ainda está em andamento, mas já se sabe que a maioria dos ataques foi cometida por indivíduos iso-

lados — em apenas três casos houve a participação de duplas. O autor mais jovem tinha 10 anos e o mais velho, já ex-aluno, 25 anos. Em 12 ataques foram usadas armas de fogo; os agressores tinham já armas em seis casos; em quatro, elas foram compradas de terceiros; e nos dois ataques restantes, as armas usadas não tiveram sua origem identificada.

Esses casos insuflaram uma onda de boatos sobre novos ataques, e um debate se instaurou em diferentes esferas, da estatal à das redes sociais. De um lado, houve a defesa pela presença de policiais nas escolas; do outro, a resposta estaria em mais psicólogos e assistentes sociais dentro dos colégios.

Lei não aplicada

No Senado Federal, o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), **Pedro Paulo Bicalho**, chamou a atenção para a necessidade de se fazer cumprir a Lei nº 13.935/19, que tornou obrigatória a presença de profissionais de psicologia e serviço social dentro das unidades públicas de educação. Segundo ele, dos 5.568 municípios brasileiros, apenas 85 adotaram a medida.

“A psicologia brasileira tem um acúmulo histórico nesse campo, com uma legislação já aprovada na área, mas que não vem sendo efetivamente cumprida por estados e municípios. Para que uma política pública seja efetivamente construída, precisamos de custeio que garanta exata-



PATRICK MARINHO

Episódios recentes e rumores de ataques geraram pânico e revolta entre responsáveis, alunos e funcionários de escolas

mente que uma lei arduamente acompanhada por mais de 20 anos seja implementada. O que nós estamos aqui denunciando é o fato de não estarmos cumprindo a lei, ao não garantir a presença de psicólogos e assistentes sociais na educação básica brasileira”, afirmou Bicalho em seu discurso.

Ao ser questionada sobre a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas municipais do Conjunto de Favelas da Maré, a Prefeitura Municipal do Rio afirmou que todas as unidades escolares, incluindo as da região da Maré, contam com o Programa Interdisciplinar de Apoio às Escolas (Proinape), desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP) e que envolve psicólogos, assistentes sociais e professores.

Segundo a nota divulgada, o NIAP é formado por uma equipe composta por professores, assistentes sociais e psicólogos, que atuam nas 11 coordenadorias e têm como objetivo apoiar as ações educacionais para a prevenção de violências.

Sem apoio

A pesar do que afirma o po-

der municipal, a equipe do Maré de Notícias visitou algumas escolas e constatou que a realidade é um pouco diferente. Fabrício tem 8 anos, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estuda no CIEP Elis Regina. Segundo sua mãe, Claudiana Rodrigues, a escola não tem psicólogos, assistentes sociais, professores de apoio ou mediadores para auxiliar o seu filho durante as aulas.

Esses profissionais também não estão disponíveis para os estudantes das escolas municipais Tenente General Napion, Nova Holanda e Lino Martins da Silva, nem no Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Moacyr de Góes. Funcionários das unidades (que preferem não se identificar) afirmaram que a orientação é, caso necessário, encaminhar o aluno para postos de saúde ou hospitais, pois não há atendimento direto nos colégios.

Sem efeito

Segundo uma ex-funcionária da Escola Municipal Tenente General Napion, “o NIAP não surtiu nenhum efeito, não houve nenhum encontro com os professores, só com a equipe gestora. Foi só um primeiro contato e, aí, não houve mais nada”. Ela aponta

que os profissionais também foram muito afetados no pós-pandemia: “Existe um déficit, uma dificuldade enorme de os profissionais envolvidos na educação conseguirem ter uma saúde mental boa. Todos que eu conheço têm relatos de como a saúde está afetada.”

Conforme apurou o Maré de Notícias, não há presença diária de psicólogos e assistentes sociais nas unidades básicas de educação municipal; eles agem de maneira pontual quando acontece algo grave. ONGs do território seriam então chamadas a mediar questões de conflitos nas escolas – justamente atribuições dos profissionais do NIAP.

A Secretaria de Estado da Educação não se saiu melhor quando questionada sobre a presença de psicólogos e assistentes sociais nas unidades de educação sob sua gestão: segundo a pasta, desde 2013 há, “no quadro de servidores concursados, psicólogos e assistentes sociais”. Mas, segundo a secretaria, eles prestam serviços sob demanda, ou seja, não estão diariamente nas unidades.

“Eles prestam orientação e suporte aos gestores e às equipes técnico-pedagógicas em casos de violência, risco social

ou de saúde. E, quando necessário, dão atendimentos para a comunidade escolar nos equipamentos públicos de referência”, diz a nota da pasta.

Questão “individual”

A Lei 13.935/19, porém, determina que o trabalho das equipes multiprofissionais não deve se limitar apenas às questões relacionadas à violência. Em seu primeiro artigo, ela estabelece que “as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”.

Angela Soligo, psicóloga e pesquisadora da Associação de Ensino em Psicologia (Abep), confirma que “a discussão vem com uma conotação de que ‘precisamos cuidar da saúde mental dos agressores’, como se todos eles estivessem dentro da escola, e como se isso fosse simplesmente uma questão individual”. A profissional explica que a medida não prevê trabalho sob demanda, e sim profissionais com cargos efetivos nas redes, atuando em equipe junto às escolas, com atividades planejadas.

“A primeira coisa são as contribuições da psicologia, assim como do serviço social, no contexto educativo. Isso significa contribuir com conhecimentos sobre aprendizagem, desenvolvimento de teorias e estratégias de ensino-aprendizagem, na construção de projetos pedagógicos, de alternativas metodológicas, de estratégias de avaliação. É uma contribuição do ponto de vista pedagógico, com o objetivo de garantir que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso e direito a se apropriar dos conhecimentos veiculados pela escola”, diz ela.

Ação na Justiça defende abastecimento de água gratuito para moradores de baixa renda

Famílias inseridas no Cadastro Único teriam direito a 25 mil litros de água todo mês

EDILANA DAMASCENO

Uma ação protocolada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pode garantir abastecimento mínimo de água gratuito aos moradores de favelas e bairros do subúrbio do município do Rio de Janeiro. A Ação Civil Pública (ACP) nº 0833043-81.2023.8.19.000 alega que o acesso à água não é um direito apenas dos consumidores que conseguem pagar pelo serviço e, por isso, defende que as famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) possam usufruir do benefício.

Como é hoje

O decreto estadual nº 25.438/1999 regulamenta a tarifa social para consumidores residentes em áreas de interesse social, que são as localidades onde vivem famílias de baixa renda.

Com o fim da exclusividade da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) em gerir o fornecimento de água e esgotamento sanitário na maioria do estado do Rio de Janeiro, as empresas Águas do Rio, Iguá e Rio Saneamento (Águas do Brasil) assumiram esse papel e estabeleceram novos critérios para conceder a tarifa social.

O contrato de concessão à Iguá, que atende parte da Zona Oeste, concede o benefício a apenas 5% dos consumidores da região. A Maré é atendida pela Águas do Rio, concessionária responsável pelo Centro e pelas zonas Norte e Sul da capital.

Nessas localidades, a tarifa social tem valor de R\$45,30 e prevê coleta e tratamento de esgoto e o fornecimento de 15 mil litros mensais de água, mediante a instalação de hidrômetro na residência. Caso este volume seja ultrapassado, o cliente precisa pagar a diferença.

O que diz a ACP

O defensor público **Eduardo Chow**, que coordena o Núcleo de Defesa do Consumidor do órgão, explica que a ação civil pública impetrada em março de-



98% das residências da Maré têm água encanada, mas nem sempre ela chega própria para o consumo

“A água é um direito humano fundamental! Não pode ser tratada como mercadoria, condicionada ao pagamento por pessoas que não podem arcar com o custo”

EDUARDO CHOW

defende a garantia universal de acesso à água, ou seja, não somente para quem tem direito à tarifa social, como para as pessoas que não têm como pagar por ela, no que os especialistas chamam de “mínimo vital de água”.

Para o cálculo de possíveis beneficiados, a ACP considera os dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) referentes ao CadÚnico. Em março de 2023, quase 3,4 milhões de famílias no estado do Rio de Janeiro estavam inseridas nesse cadastro — mais de 70% delas em situação de extrema pobreza.

Dados irreais

Um dos motivos para o uso do CadÚnico é a impossibilidade de considerar os dados da Cedae, visto que o abastecimento para muitas residências não é regularizado. Dos mais de 2,3 milhões de clientes na base de dados da estatal em abril de 2020, cerca de 200 mil pagavam tarifa social, mas somente 40 mil estavam cadastrados como moradores de áreas de interesse social.

Esse número é muito aquém do levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo de 2010: nele, 22% da população da cidade do Rio de Janeiro moram em favelas, o que equivale a quase 1,4 milhão de pessoas.

A proposta ainda defende que a quantidade de água ofertada passe dos atuais 15 mil metros cúbicos para 25 mil metros cúbicos. Isso porque uma família com mais de três pessoas já ultrapassa o limite estabelecido para a tarifa social.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2020, cada morador do município do Rio gasta em média 166 litros de

água por dia, o que equivale a cerca de cinco mil litros por mês.

Água de fossa

Doenças diarreicas como cólera, febre tifoide e amebíase, além das febres entéricas e a hepatite A, representam 87% das internações por falta de saneamento no Brasil, segundo a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde/ DATA-SUS (2007-2015).

O Censo Maré, publicado pela Redes da Maré em parceria com o Observatório de favelas em 2019, aponta que 98% das residências têm água encanada, mas nem sempre ela chega própria para o consumo. **Elisangela Bernado**, moradora da favela da Nova Holanda, viveu os meses de fevereiro e março de 2023 sem receber água de forma regular.

“Na vizinhança algumas casas tinham água e em outras, não. Quando vinha, parecia que estávamos tomando banho em uma fossa”, conta a diarista.

Favelas excluídas

Embora episódios como o citado por Elisangela sejam frequentes, as empresas ainda não apresentaram o plano de ação para expansão da rede de abastecimento de água nas

favelas, previsto no contrato.

A ACP ainda questiona por que os valores de investimento para as favelas são inferiores aos destinados às áreas mais urbanizadas e denuncia a permissão para renovação do contrato até 2040, caso os investimentos não sejam aplicados no prazo de 12 anos.

Em resposta a esta reportagem, a **Águas do Rio** informou que “segue as regras previstas no contrato de concessão e na legislação em vigor, por meio da aplicação do benefício da tarifa social aos clientes vulneráveis” e que “os usuários podem solicitar o enquadramento na tarifa social através dos canais de atendimento”.

A **Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro** (Agenera), também citada na ação civil pública afirma que “cabe à agência a fiscalização dos contratos de concessão, que não preveem a hipótese de gratuidade no objeto da ação”.

Depois do leilão de concessão das áreas anteriormente atendidas pela companhia, a **Cedae** ficou responsável apenas por captar e tratar a água distribuída pelas concessionárias.

Em nota, a empresa informou que “vai apresentar sua resposta oportunamente, no prazo previsto em lei”, acres-



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

data_labe

centando que “nos 16 municípios onde ainda é responsável pelo ciclo completo do abastecimento (produção de água, distribuição e faturamento), a companhia segue as normas em vigor com relação a tarifas para unidades domiciliares de baixa renda”.

Iguá e Águas do Brasil não responderam às perguntas enviadas pela reportagem. O espaço segue aberto às duas empresas.

O que esperar

Na Justiça, as rés estão no prazo para apresentar suas respostas aos questionamentos feitos pelo juiz, segundo Eduardo Chow. “Provavelmente elas vão contestar o que apresentamos”, avalia o defensor público.

Apesar dos obstáculos impostos pelo interesse econômico, a ACP não é utópica. Isso porque Pará e Maranhão já têm políticas semelhantes em funcionamento.

A lei estadual 9317/21 instituiu o programa *Água Pará*, que autoriza o governo a pa-

gar os custos de obtenção de água potável para famílias de baixa renda e indica a base de dados do CadÚnico como um dos meios de comprovação da situação.

Já o programa maranhense *Viva Água*, instituído pela lei estadual 9.085/09, autoriza que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social isente famílias de baixa renda que apresentem consumo mensal de água de até 25 mil litros.

Enquanto aguarda os desdobramentos da ACP, Elisangela torce para que o orçamento familiar continue dando conta dos gastos básicos e que, de preferência, não precise pagar por um serviço ruim: “Precisei comprar água para beber. Imagine se eu não tivesse conseguido arrumar um trabalho provisório? A realidade do asfalto é diferente da realidade da favela.”

Essa reportagem é resultado de parceria entre o Maré de Notícias e o data_labe.

data_labe



DOUGLAS LOPES

Doenças diarreicas e febres entéricas causam 87% das internações por falta de saneamento

Desculpe o transtorno

Obras feitas em período de eleição trazem falsas promessas e pouca durabilidade

HÉLIO EUCLIDES

Parece um show de mágica em que políticos tiram da cartola uma série de obras. A magia geralmente acontece em ano de eleição e tem um território preferencial: as favelas. De repente, aparecem os caminhões de asfaltos e tapetes sintéticos para os campos. O problema é que as obras e ações nem sempre são feitas com material de qualidade, no tempo devido e não contam com manutenção adequada. Os “benfeitores” lançam a isca e esperam que os eleitores sejam fiscados pelo anzol. Uma característica dessas obras é a ausência de placas que esclareçam valores, nome da empresa responsável e prazo. Ao fim das obras, multiplicam-se faixas de agradecimentos.

Obras sem durabilidade

Em 2022, “caiu de parafusos” a troca do revestimento da Rua Teixeira Ribeiro, no Parque Maré. O serviço de pavimentação foi realizado sem o recapeamento, criando locais em que a rua ficou mais alta do que a calçada. “Tinha que ter o mesmo nível das ruas transversais, só que ficou mais alta. Isso é obra de eleição”, reclama **Antonio Carlos**, de 50 anos, que trabalha como ambulante na via.

A cobertura das ruas feita com asfalto é composta por cinco camadas: o reforço do subleito, sub-base, base, camada de regularização e revestimento. A manutenção sem o cuidado ideal e sem qualidade vai resultar em um pavimento de menor durabilidade.

Piso temporário

As crianças atendidas por projetos sociais esportivos não tiveram muito tempo para comemorar a reforma da quadra na Nova Holanda. Menos de um ano depois, o espaço teve o piso destruído e está sendo refeito. **Gilmar Junior**, presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda, explicou que o piso da quadra ficou oco.

“A empreiteira não trabalhou corretamente. Agora é a empresa do governo estadual que está na concretização da obra. Se não fizerem corretamente, ficam sem verbas”, diz.

Vânia Silva, vice-presidente da escola de samba Gato de Bonsucesso, critica o gasto em dobro do dinheiro público: “Tinha que investir em outra coisa, uma obra tendo que ser refeita em tão pouco tempo é desperdício. Esse material poderia ser muito bem usado na nossa quadra da escola, que é patrimônio cultural da Maré.”

O vento levou

Na Praia de Ramos, nada foi feito para manter a lona cultural, apesar da sua visível deterioração. Os rasgos na cobertura levaram ao desgaste da estrutura e, por fim, a retirada de toda armação metálica. Com os campos de futebol sintéticos acontecem o mesmo: a ausência de manutenção. A prática tornou-se aparecer com a solução bem na época da eleição: trocar a grama.

Em 2015, com a promessa de oferecer um espaço seguro para os ciclistas, as principais ruas do território da Maré foram pintadas de azul, indicando a criação de ciclofaixas. Um investimento de R\$ 5 milhões



Menos de um ano depois da reforma, piso da quadra da Nova Holanda precisou ser refeito

foi destinado para a construção de 18 quilômetros de vias para bicicletas, além da instalação de placas de sinalização.

O projeto tinha como objetivo ligar a Maré à Cidade Universitária. No entanto, hoje restam apenas os bicicletários nas passarelas e um pequeno trecho de ciclovia sob a Linha Amarela.

Leandro Silva, de 27 anos, é assistente administrativo e morador da Vila dos Pinheiros. Ele tem uma visão crítica sobre essas intervenções: “Para mim, essas ações não têm como visão primária a melhoria da qualidade de vida dos moradores. São obras feitas para angariar votos para quem não conhece a realidade da comunidade e suas reais necessidades. O completo esquecimento em que vive os habitantes da favela pela máquina pública é usado por esses políticos para autopromoção.”

Na opinião de Silva, a solução está na conscientização política da população, que deve fazer uma avaliação criteriosa do histórico dos candidatos antes de votar, evitando assim ser enganada por falsas

promessas. Ele ressalta a importância de uma melhor organização da associação de moradores para pressionar os políticos eleitos a cumprirem suas promessas e trazerem melhorias reais para a periferia.

Melhorias prometidas

A **Secretaria Municipal de Conservação** informou que mandará uma equipe até a Rua Teixeira Ribeiro, no trecho perto da Rua Principal, a fim de fazer vistoria e analisar as necessidades da via.

Em relação à ciclovia, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima informou que analisa a melhor forma de como retomar essa iniciativa.

A **Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP-RJ)** confirmou que o trabalho da quadra está sendo refeito e não tem custo para a companhia. Segundo o órgão, o que motivou a reforma foi a desobediência da empreiteira contratada ao padrão imposto para esse tipo de obra, o que resultou no piso irregular da quadra; o valor da obra de manutenção é de R\$ 180 mil.

Um papo reto sobre luta e esperança

A resistência dos moradores das favelas frente à opressão e ao desrespeito às suas vidas e seus direitos



THAYNARA SANTOS

Thaynara Santos é integrante da Movimentos, uma organização de jovens favelados e periféricos que desde 2016 usa a educação, a comunicação e a arte no combate à violência, ao racismo e às desigualdades.

<https://www.movimentos.org.br/>

Veza ou outra a gente escuta um morador falar que quer sair da favela pra ter uma vida melhor. Quer descer o morro, ir para o asfalto. Nunca vi sentido em deixar o lugar onde se criou raízes para viver num território totalmente novo e, no pior dos casos, hostil com a minha identidade.

Até que um dia desses entendi que existe um sentimento que faz com que as pessoas deixem amigos, família, amores, lembranças e histórias para trás: a desesperança. Essa é uma palavra grande, muitas vezes gerada por siglas tão pequenas: CORE, BOPE, BAC, PM, PC, PF e por aí vai.

Além do medo e da tensão cotidiana, a violência psicológica se faz presente quando moradores são coagidos pelo uso de armas de efeito moral quando tentam se abrigar da bala e da correria. Ela está presente nas operações que acontecem logo cedo, quando todos estão se preparando para mais um dia de escola ou trabalho. Ou até mesmo de madrugada, à noite ou no fim de semana.

Também se faz presente quando os aparelhos de segurança pública do Estado descumprem as medidas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (a ADPF das Favelas), que têm entre elas a disponibilização de ambulâncias ou equipes de saúde durante as operações policiais. A vida de Marcus Vinícius Silva, um jovem mareense de 14 anos que estava à caminho da escola e que foi morto por disparos de arma de fogo, poderia ter sido salva se houvesse uma ambulância durante a operação naquele dia.

A ADPF das Favelas é uma ação judicial nascida a partir da mobilização popular em



Somente nos cinco primeiros meses deste ano, ocorreram 13 operações policiais na Maré

conjunto com movimentos e organizações sociais, com o objetivo de impedir que as políticas de segurança pública violem os direitos dos moradores das favelas e das periferias do estado do Rio de Janeiro.

Maio terminou, mas já ocorreram 13 operações policiais na Maré. No dia 11 de maio, mais de nove mil alunos sofreram os impactos de uma operação das polícias Militar e Civil. Uma semana depois, no dia 18, cerca de oito mil alunos foram impedidos de ir estudar por conta de mais uma operação.

Em nome dessa política de morte, até mesmo nossa liberdade de ir e vir é restringida. Como explicar para o chefe que hoje não podemos sair para trabalhar para não correr o risco de levar um tiro? Depois de tanto lutar pela valorização da identidade favelada, será que precisaremos voltar a mentir sobre nosso endereço para conseguir emprego? Depois de tanta luta

para conquistar as políticas afirmativas, os universitários favelados terão negado o seu direito a uma educação de qualidade?

Às vezes, a desesperança chega a ser palpável, mas não podemos esquecer que, para os mareenses, nada veio de mão beijada. São mais de 80 anos de luta pelos direitos humanos, inclusive os mais básicos, quando lá no início, por volta dos anos 1940 e 1950, os primeiros moradores batalharam por acesso à água e à luz elétrica. Hoje somos 16 favelas no Conjunto de Favelas da Maré com mais de 140 mil moradores.

Lutaremos dia e noite para que as medidas da ADPF das Favelas, conquistada pelos e para os favelados, sejam respeitadas e finalmente postas em prática. Lutaremos dia e noite para que não esqueçam que nossas vidas importam e que temos direitos! Como diz o ditado, somos madeira que cupim não rói.



Em 31 de maio, 23 escolas da Maré foram afetadas, impactando 7.722 alunos, que ficaram sem aula

Documentadas

Fernanda Piccolo Huggentobler tem 26 anos e se dedica à fotografia há 11. Catarinense, atualmente vive no Rio de Janeiro. É dela o projeto *Documentadas*, um banco de imagens sobre o amor entre mulheres que visa registrar e construir uma narrativa ainda inédita sobre essa população dentro da comunidade LGBTQIAP+. Dessa forma, Fernanda oferece uma plataforma para divulgar o trabalho das suas retratadas, gerando emprego e renda. Além disso, fornece atendimento terapêutico acessível e acolhedor para mulheres lésbicas e bissexuais maiores de 18 anos. Em dois anos, o projeto documentou aproximadamente 260 mulheres em 10 estados brasileiros. Mais em: <https://www.documentadas.com>



Noite das Estrelas

Uma homenagem ao legado LGBTQIAP+ na Maré

A construção coletiva dos shows LGBTQIAP+ que aconteciam na Maré há 20 anos será homenageada pelo elenco do filme *Noite das Estrelas* durante uma ocupação que acontece nas ruas da Maré aos domingos, entre os dias 4 de junho a 9 de julho.

Paulo Victor Lino, de 28 anos, é um dos diretores do documentário. Afirmado o papel histórico da ação, ele diz que “o processo de produção do show tem sido muito gratificante. Acredito que estamos seguindo com a certeza de que esse espetáculo é uma homenagem ao movimento cultural LGBTQIAP+ que há mais de 20 anos subverte uma lógica sobre as narrativas colocadas sobre o território da Maré, que sempre retratam violência”.

Segundo ele, “*Noite das Estrelas* transmite a mensagem de que a Maré é cultural, a Maré é viva, assim como esse movimento é vivo.”

AFFONSO DALUIA



Segundo o diretor Wallace Lino, *Noite das Estrelas* é uma homenagem que transmite a mensagem de que a Maré é cultural e viva

O projeto é realizado pelo coletivo Entidade Maré e tem apoio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Cultura, através do *Programa de Fomento Carioca* — FOCA 2023.

Memória rica

Parte importante da pesquisa foram as conversas com personagens como **Marcela Soares** (Pantera), e Erika Ravache (Madame), que integravam o elenco dos shows nos anos 1980 e 1990. Pantera, com seu acervo de fotos da época, e Madame, com uma memória rica de suas vivências, ajudaram Paulo Victor e outras integrantes do coletivo a contar suas histórias.

Para o diretor, elas são importantes para que todos se lembrem de quem veio antes

e abriu caminhos: “A gente tem pensado o *Noite das Estrelas* com a responsabilidade de um movimento que é ancestral, que foi construído pelas nossas ancestrais negras, LGBTQs. Desde as décadas de 1980 e 1990 elas estão ressignificando esse território.”

Paulo Victor compartilha

“É um movimento que existe dentro das culturas pretas. E pra gente que é preto, isso é forte. Isso é carne.”

PAULO VICTOR LINO

ENTIDADE MARÉ | ARQUIVO



Pantera faz parte do elenco há mais de 20 anos

ENTIDADE MARÉ | ARQUIVO



Ressignificando o território: Valkiria performa no Ciep Hélio Smidt nos anos 1980



“la [assistir] com minhas irmãs, e já era doida pra participar.” a direção da montagem com **Wallace Lino**, que faz questão de ressaltar que a ocupação não é um resgate, e sim uma homenagem: “A cultura LGBTQIAP+ encontrava nas ruas a sua vingança e a implementação de novos sentidos de uma reexistência transgressora para a cultura carioca. Por isso, não se pode resgatar esta memória, pois ela só se faz ‘em bonde’ com a outra. Além disso, não se pode resgatar o que está vivo. A *Noite das Estrelas* sempre esteve viva em minha memória e na de quem viu o evento.”

Encontro de gerações

O elenco é formado por dez multiartistas: Jaqueline Andrade, Livia Laso, **Dominyck Marcelina**, **Milu Almeida**, Preta Queenb Rull, Marcela Soares, Lua Brainer, Codazzi Idd, Luiz Otavio e Arthur Gabriel.

Milu Almeida ressalta a importância

NOITE DAS ESTRELAS

Sempre aos domingos

4, 11, 18 e 25 de junho

2 e 9 de julho

Hora: 15h30

Ponto inicial (concentração): Ponto de mototáxi da Rua Teixeira Ribeiro (Passarela 9)

Mais informações: @EntidadeMare (Instagram)

de reconhecer o papel dos movimentos na Maré durante a década de 1980, afirmando que, além de representação, eles também proporcionam uma identificação pessoal.

“Quando eu chego como artista, é por causa das travestis que vieram antes de mim. O que seria de nós se elas não tivessem construído isso? É muito importante pensar sobre isso, até porque esse movimento representava a favela e parava a favela para assistir. É mais que um simples retorno pra mim.”, afirma Milu, que também performa a drag queen Charlotte.

A atriz Dominyck Marcelina, de nome artístico Vera, foi apresentada à arte por três amigos. Ela conta que tem lembranças dos shows na Maré. “Cheguei a ver alguns, quando eu era muito nova. Ia com minhas irmãs, e já era doida pra participar — não podia porque eu já sabia que era bicha, mas elas não.”

Segundo Dominyck, “o pouco que eu via, pra mim era muito babado. Saber que a gente vai trazer de volta essa revolução que já existia nas décadas de 1980 e 1990 é emocionante!”

Marcela Soares (a Pantera) fez parte do elenco há mais de 20 anos e integra a nova montagem: “Estou um pouquinho nervosa, mas vamos lá, né? Vamos

botar pra quebrar e fazer tudo de novo, renascer a *Noite das Estrelas* e mostrar esse show lindo e maravilhoso para a comunidade.”

Questionada se um dia ela imaginou que seria inspiração para a nova geração LGBTQIAP+ da Maré, Pantera parece ainda não acreditar que ocupa esse lugar. Com uma risada tímida, ela responde apenas que se lembrava de algumas crianças que acompanhavam os shows na época, e que tempos depois, quando cresceram, passaram a se apresentar junto com ela.

Para assistir

Além do espetáculo pelas ruas do conjunto de favelas da Maré, outras duas atividades compõem a ocupação: a exibição do documentário *Noite das Estrelas* e a exposição itinerante de fotografias que representam o afeto e amor da população LGBTQIAP+. A exposição conta com seis fotos do fotógrafo Matheus Affonso e duas fotos do acervo do grupo Entidade, que retratam os shows do passado. Ao fim de cada show aos domingos, a exposição ficará aberta à visitação na quadra do GRES Gato de Bonsucesso. A partir de 9 de julho, as imagens poderão ser vistas na Lona Cultural Hebert Vianna.



O elenco é formado por dez multiartistas, um encontro de diferentes gerações do movimento LGBTQIAP+ na Maré

Comida de verdade

Escolhas nutritivas e acessíveis fazem parte de uma alimentação saudável e podem evitar doenças

TERESA SANTOS

De acordo com o *Guia alimentar para a população brasileira*, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014, é recomendado evitar o consumo de alimentos ultraprocessados — muitas vezes, atrativos devido aos preços mais baixos e à ideia de economia de tempo. Para a nutricionista **Wanessa Natividade**, porém, “é possível ter uma alimentação nutritiva e economicamente saudável. E ela não está associada ao consumo de alimentos caros, e sim à qualidade nutricional dos alimentos”.

Wanessa é chefe do Núcleo de Alimentação, Saúde e Ambiente (Nasa) da Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST/Cogepe) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Segundo ela, o *Guia Alimentar* determina que uma alimentação adequada e saudável deve ser baseada em alimentos *in natura*:

“Isso quer dizer o que é obtido diretamente da natureza e minimamente processado, como frutas, legumes, verduras, raízes, ovos, cereais, feijões, carnes e leite. Ou seja, comida de verdade preparada a partir de alimentos sem aditivos químicos ou muito processada”, diz a pesquisadora.

Optar por esses alimentos não significa sobrecarregar a rotina. “Temos que substituir essa ideia de que o lugar de cozinhar é da mãe, da mulher, da filha. Esse lugar é da família”, ressalta **Mariana Aleixo**, chef de cozinha e doutora em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mariana é quem coordena o projeto *Maré de Sabores*; segundo ela, quando a tarefa é compartilhada por todos, isso também repercute na economia de tempo.

Depressão e ansiedade

Refrigerantes, refrescos em pó, macarrão instantâneo, sal-sicha, biscoitos recheados, lancha congelada — esses são alguns exemplos de alimentos ultraprocessados.

Eles são geralmente ricos em gorduras, açúcares ou sódio; em níveis elevados, estes componentes estão associados a problemas de saúde como obesidade e hipertensão, doenças cardíacas, diabetes e até depressão e ansiedade.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2020 revelou que mais da metade dos adultos brasileiros apresenta excesso de peso (60,3%), são 96 milhões de pessoas.

Segundo dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) de 2021, 26,3% da população brasileira sofre de hipertensão arterial. Entre os estados brasileiros, o do Rio de Janeiro é o que apresenta uma das maiores prevalências de diagnóstico médico dessa comorbidade, com 28,1%.

A hipertensão arterial é uma doença que faz parte de um grupo de condições que podem ser evitadas por meio da adoção de hábitos saudáveis, e um deles é a alimentação natural.

Substituições acessíveis

Desde que começou a participar do curso de gastronomia do projeto *Maré de Sabores*, **Solange de Souza**, moradora da Nova Holanda, abandonou os temperos industrializados e passou a usar apenas os naturais. Páprica picante, pimentões e outros temperos tornaram-se seus novos aliados. “Agora percebo o quanto os alimentos fazem diferença em nossas vidas”, diz ela.

A mesma sensação é com-



Feiras-livres são um ótimo lugar para ter acesso a alimentos naturais e da época

partilhada por **Iula Tavares**, também participante do curso de gastronomia do *Maré de Sabores*. Além das substituições saudáveis, ela passou a aproveitar ao máximo os alimentos: “Descobri que posso utilizar uma abóbora inteira, inclusive a casca.”

Essa nova rotina nas casas dos moradores da Maré não é tão nova assim. De acordo com a chef Mariana, ao descobriremos que alimentos ultraprocessados podem ser prejudiciais à saúde, começamos a fazer escolhas melhores dentro de nossa realidade: “Historicamente, as famílias já faziam isso”, diz.

O *Maré de Sabores* é um projeto que busca promover a valorização do conhecimento ancestral da alimentação no contexto profissional. Criado em 2010, ele tem sua sede na Casa das Mulheres da Maré.

Bom e barato

Um ótimo lugar para ter acesso a alimentos naturais é numa feira-livre. Na Maré, ela acontece em algumas das 16 favelas, como:

- **Morro do Timbau** - às terças na Rua Capitão Carlos.
- **Parque União** - às quartas-feiras na Rua Roberto da Silveira.
- **Praia de Ramos** - aos sábados na Rua Gerson Ferreira.
- **Parque Maré** - aos sábados na Rua Teixeira Ribeiro.
- **Vila do João** - aos sábados na Rua 14 (Principal)

Também é aconselhável procurar saber o que é da época (os preços ficam mais em conta). Nos meses de junho e julho, você vai encontrar:

- **Frutas:** abacate, caqui, morango, laranja-lima, mexerica e tangerina;
- **Verduras:** agrião, alho-poró e brócolis.
- **Legumes:** cenoura, chuchu, couve-flor, abóbora, batata doce, berinjela, cenoura, inhame, mandioca, mandioquinha e milho verde.

É tempo de festa junina

Arraiais unem a comunidade, fortalecem a cultura e impulsionam a economia local

ANDREZZA PAULO

A Maré não é diferente do restante do país, e por isso junho é mês de bandeirinhas, adereços, comidas típicas, quadrilhas e festas espalhadas pelas 16 favelas do conjunto. De acordo com o Censo Maré (2010), mais de 25% dos moradores do território vieram da região Nordeste, lugar das maiores e mais famosas festas juninas do Brasil.

Outro ponto que reforça essa tradição na Maré é a religião: as festas juninas são celebrações para Santo Antônio, São Pedro e São João, mesmo para aqueles que não fazem parte dos 47,2% dos moradores que se declaram católicos.

Apesar de ser uma celebração que faz parte do calendário brasileiro há gerações, só este ano as festas juninas foram reconhecidas como manifestação cultural do Brasil, através da Lei nº 14.555 de 25 de abril de 2023.

União e alegria

Uma das festas mais tradicionais da Maré acontece há 45 anos na Paróquia Nossa Senhora da Paz, e conta com

a ajuda de mais de trinta voluntários. **Nicolas Alfredo**, de 26 anos, é coordenador dos coroinhas e cerimônias e membro da organização da Quadrilha da Paz.

“A festa une as pessoas, os amigos, a família. A comemoração ajuda também a igreja a se aproximar da comunidade, tanto de uma forma espiritual, quanto de forma festiva, repleta de carinho. Ela permite que vivamos um momento longe dessa realidade tão turbulenta do nosso cotidiano”, explica.

Para **Vitor Felipe**, membro da Quadrilha da Paz, a dança típica tem como papel revisitar e tornar atuais as tradições. “Reviver nossa história cultural com alegria é muito satisfatório. É uma experiência muito boa quando sentimos que o público nos espera, que eles querem ver nosso trabalho.”

Para a costureira **Maria de Fátima Amorim**, de 69 anos, o público durante as celebrações é diferente: “É um período muito alegre, as pessoas ficam mais felizes, há muitas brincadeiras de rua, quadrilhas, as famílias se reúnem, e isso realmente representa a nossa cultura.”



Mais de 25% dos mareenses vieram da região Nordeste, lugar das maiores festas juninas do Brasil



Em abril deste ano, os arraiais foram finalmente reconhecidos como manifestação cultural do Brasil

Demanda alta

Segundo os organizadores, a festa junina da Paróquia Nossa Senhora da Paz representa a maior arrecadação do ano. Os valores advindos dos eventos de junho auxiliam no trabalho de ação solidária, como a distribuição de cestas básicas e quentinhas, e em outras iniciativas sociais, além de ajudar na manutenção da igreja.

O movimento econômico durante essa época também beneficia diretamente os moradores da Maré de diversas maneiras. Maria de Fátima há quase 30 anos é responsável por confeccionar as tradicionais roupas de quadrilha na comunidade da Nova Holanda.

Das 5h às 23h, ela trabalha arduamente para produzir uma ampla variedade de trajes, de bebês a adultos. A confecção envolve não apenas Maria de Fátima, como também seu marido e sua irmã, todos unidos para aproveitar a alta demanda e aumentar a renda familiar.

“Fora da temporada das festas juninas, as vendas são

difíceis, mas nessa época eu compro chapéus, faço vestidinhos, acessórios, e o aumento da renda ajuda muito a nossa família”, diz ela.

Economia aquecida

Não só nas comunidades as festas juninas impulsionam a economia: elas também são uma parte importante das contas do país. Em 2022, as celebrações aos três santos católicos ajudaram a acelerar a recuperação econômica do Brasil, movimentando cerca de R\$ 3 bilhões entre os meses de junho a agosto, segundo dados do Ministério do Turismo.

Por aqui, este é o segundo ano consecutivo em que o governo do estado do Rio de Janeiro lança o *Arraiá Cultural RJ*, voltado para, segundo o edital, “atender uma parcela da população muito afetada nos últimos dois anos: os produtores culturais de festas e quadrilhas juninas”. Foram selecionados 115 projetos, que receberão investimentos de R\$ 7,25 milhões.

Da antena à favela

Parque Roquete Pinto nasce em torno da comunicação e mobilização



Os transmissores da Rádio Roquette Pinto funcionaram no centro da favela até o fim de 1994

HÉLIO EUCLIDES

Tudo começou com um prédio que abrigava a base e a torre de transmissão da Rádio Roquette Pinto. Em seguida, em 1955, surgiram os primeiros barracos no final da Rua Ouricuri. Na época, não havia asfalto ou rede elétrica, e o saneamento era menos que o básico.

O processo de ocupação só foi possível depois que os próprios moradores começaram a aterrar uma área de manguezal. O nome da favela foi escolhido em homenagem ao idealizador da radiodifusão no Brasil, Edgar Roquette Pinto. Os transmissores da rádio que levavam o seu nome funcionaram no centro da favela até o fim de 1994.

O Parque Roquete Pinto (com um T a menos) está ao lado do terreno do antigo quartel do 24º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, hoje pertencente à Polícia Militar. Do outro lado, fica a vizinha Praia de Ramos.

Palafitas e lama

Fabio Ferreira, conhecido como Fabinho da Feira, é presidente da Associação de Moradores da Roquete Pinto e Praia de Ramos. Ele sempre fala da favela com um sorriso no rosto: “Há um sentimento de alegria pela minha comunidade e por fazer parte da Maré. Tenho orgulho de ser liderança de duas comunidades como Roquete Pinto e Piscina de Ramos. É muito bom poder fazer algo de coração.”

Izete Amâncio, de 50 anos, lembra o período das palafitas na favela: “Quando cheguei de Pernambuco há 30 anos eram poucas casas. Próximo ao prédio da rádio existiam só umas três habitações; ainda era possível ver palafitas e muita lama. Para pegar água era necessário ir até a Avenida Brasil”, conta a moradora.

Izete diz que, hoje, “o prédio onde ficavam os transmissores da rádio ainda está de pé, virou um ferro velho. Já ao lado da torre tinha um campo de futebol. Aqui é calmo, gosto do meu lugar”.

Festas e incêndio

Uma moradora saudosa é **Raimunda de Souza**, de 85 anos, prima da cantora Dolores Duran: “Cheguei quando tinha uns 17 anos. Com o tempo, a população começou a organizar festas, serestas e concurso de quadrilha de festa junina.”

Suas memórias, porém, não são todas felizes. Segundo ela, “o ponto triste foi o incêndio que acabou com a favela. Por sorte, não morreu ninguém. Eu estava escutando uma novela na Rádio Nacional e meu marido lendo a revista *Jerônimo Fé e Fogo*, quando fomos surpreendidos com as labaredas. Ele fez uma trouxa de roupa e saímos correndo. Fui morar na casa de minha madrinha”, lembra.

Raimunda conta que o povoamento da Praia de Ramos se deu não só pelos pescadores, como também por meio de moradores da Roquete Pinto: “Depois eu vim para a Praia de Ramos. No início, era só mato. De casa só eram duas, na Rua Gerson Ferreira.



AFFONSO DALUA

Para pegar água, era preciso ir perto da entrada da Ilha do Governador. Fiquei por aqui, onde criei a família.”

Os espaços de lazer da favela contam com uma praça e a quadra da escola de samba Siri de Ramos. O território tem ainda a Escola Municipal Tenente General Napion, que no turno diurno é de ensino fundamental e noturno é destinada ao Ensino Médio.

Agora vamos dar uma pausa na nossa viagem. Mas em agosto voltamos com o rolê pelas favelas que formam a Maré. A próxima favela será o Parque União. Até lá!



A comunidade está localizada entre o antigo quartel do 24º Batalhão do Exército e a Praia de Ramos

AFFONSO DALUA

Visão, morador!

Associação de Moradores Marcílio Dias - Rua Lobo Júnior 83

✓ **Aulas de Kickboxing**

Horário: terças, às 15h

Público: maiores de 15 anos

✓ **Alfabetização para mulheres**

Ação feita em parceria com a Redes da Maré

Horário: de segunda a quinta, das 15h às 17h

Associação de Moradores Rubens Vaz - Rua João Araújo, 117

Serviços: agendamento de segunda via de documentos e pedido de isenção para certidão de casamento.

Horário: de segunda a sexta, das 8h às 17h

Associação de Moradores Parque União - Rua Ari Leão, 33

Serviços: documentação de imóveis, declaração de residência, atendimento social (doações de cestas básicas, remédios, roupas, cadeiras de rodas) e auxílio às famílias.

Horário: de segunda a sexta, das 8h às 17h

Confira os destaques no site do

Maré de Notícias

(<https://mareonline.com.br>)

Cria da Maré lança livro sobre feminismo nas favelas

Para ler acesse <https://bit.ly/45YkiQS> ou escaneie o QRCode ao lado.



Leituras na Favela: uma iniciativa para além dos muros acadêmicos

Para ler acesse <https://bit.ly/43tDh3O> ou escaneie o QRCode ao lado.



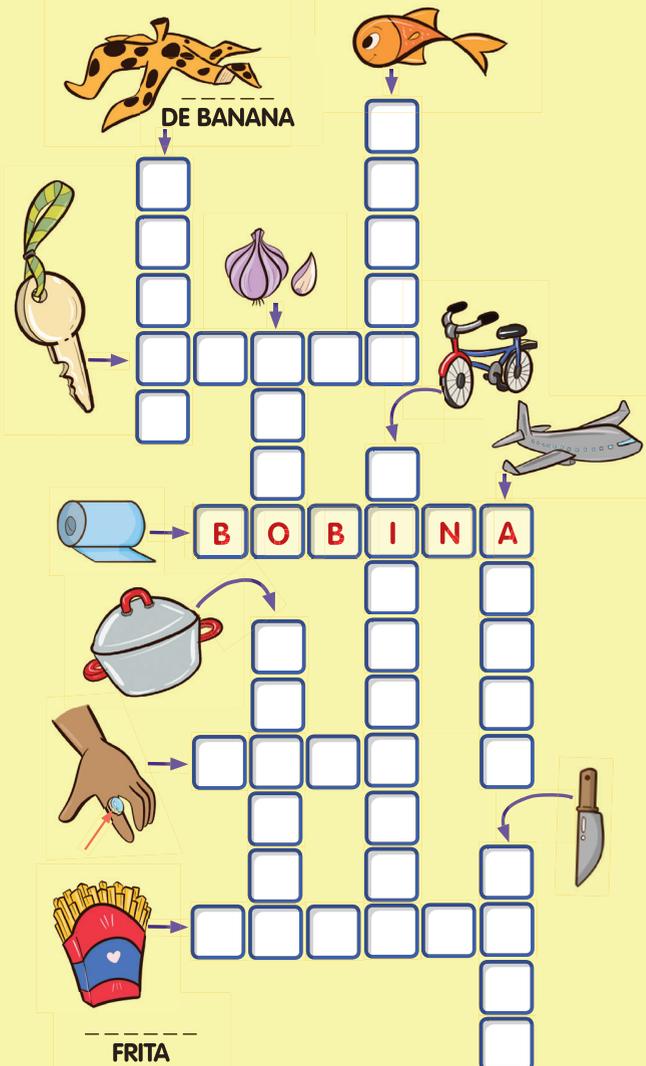
PICOLÉ

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Figuras Diretas

Escreva o nome de cada figura na direção indicada pela seta. Um nome já está escrito como exemplo.



SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA



#FaçaCoquetel | [f/atoracoquetel](https://www.coquetel.com.br) | [i/coquetel](https://www.coquetel.com.br)

ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br



Solução



O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

(21) 97271-9410